

Mudanças na administração prisional: Os agentes penitenciários e a construção da ordem nas prisões de Minas Gerais

Victor Neiva e Oliveira

Pesquisador do Crisp/UFMG

Recebido em: 15/01/2018

Aprovado em: 15/08/2018

Neste artigo serão analisadas as práticas rotineiras e o modo pelo qual os agentes penitenciários têm trabalhado para manter a disciplina, a segurança e a ordem nas prisões de Minas Gerais, Brasil. O sistema penitenciário mineiro passou por mudanças drásticas nos últimos anos e tem demandado um perfil específico de indivíduos para compor o quadro de pessoal. A análise foi baseada em observações diretas realizadas em oito prisões e entrevistas com os agentes penitenciários que nelas trabalham. Os resultados revelam um ambiente prisional cada vez mais burocratizado, além de uma profissionalização dos agentes penitenciários nos moldes militares de atuação.

Palavras-chave: agentes penitenciários, prisão, trabalho, profissionalização, ordem

The article **Changes in Prison Administration: Prison Officers and the Construction of Order in Prisons of Minas Gerais** analyses the routine practices and the way prison officers have worked to maintain discipline, security and order in prisons of Minas Gerais, Brazil. The penitentiary system has undergone drastic changes in the last years and has demanded a specific profile of individuals to compose its staff. The analysis was based on direct observations performed in eight prisons and interviews with the prison officers who work in them. The results reveal an increasingly bureaucratic prison environment and the professionalization of prison officers occurring through a military style of action.

Keywords: prison officer, prison, work, professionalization, order

Introdução

Nos últimos vinte anos, a administração das prisões tem sido uma tarefa árdua e complexa para os agentes prisionais, especialmente no estado de Minas Gerais, em razão de mudanças drásticas no sistema penitenciário. A imagem de um sistema relativamente calmo, com apenas oito unidades em funcionamento, poucos presos e uma clientela de criminosos de origem rural considerados de baixo risco ficou no passado. As carceragens da Polícia Civil supriam as demandas de vagas e o recrutamento de guardas era realizado por empresas de segurança privada ou empresas públicas, como descrito por Paixão (1985, p. 105; 1991, p. 58), em meados da década de 1980. Esse sistema penitenciário tornou-se superpopuloso, diverso em perfis de prisioneiros e segmentado em pavilhões específicos. Assim, passou a demandar um agente penitenciário profissionalizado, inexistente até então, para vigiar, controlar e manter a ordem nas prisões.

Os prisioneiros encaminhados para as penitenciárias do sistema nos anos 1980 possuíam um perfil bastante específico: o criminoso ocasional, considerado de baixo risco, de origem rural, mais velho e homicida. Enquanto isso, as carceragens da Polícia Civil recebiam os criminosos de origem urbana considerados mais perigosos e com carreiras ligadas aos crimes contra o patrimônio (PAIXÃO, 1991, p. 60; RIBEIRO, CRUZ e BATITTUCI, 2004, p. 6; CRUZ e BATITTUCI, 2011, p. 10). Ao longo dos anos, essa clientela cresceu e se tornou mais diversa, a ponto de serem criados pavilhões específicos no interior das unidades prisionais¹ para presos ligados a gangues juvenis ou facções criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), para presos homossexuais, para chefes do tráfico de drogas e para ex-profissionais da segurança pública (policiais militares e civis, guardas municipais e agentes penitenciários).

Também ocorreram mudanças no grupo de funcionários prisionais. Antes, os guardas de presídio contratados para trabalhar nas penitenciárias possuíam uma ocupação transitória e não tinham uniformes de trabalho, equipamentos para segurança e de defesa pessoal. As exigências de qualificação profissional eram mínimas, como ensino fundamental completo. Era um grupo pouco coeso, pouco organizado, com alta rotatividade e sem possibilidade de desenvolvimento de carreira ou construção de uma identidade profissional (PAIXÃO e COELHO, 1984, p. 182).

A administração cotidiana das penitenciárias não era atribuição exclusiva de guardas, mas compartilhada com os policiais militares. O cargo de diretor-geral das penitenciárias era ocupado por policiais militares reformados² (coronéis e sargentos) ou delegados da Polícia Civil. Os policiais militares eram responsáveis pela segurança externa das penitenciárias, com atividades nas muralhas, nas guaritas de vigilância, nas portarias e na escolta dos presos. Guardas de presídio, por sua vez, exerciam as atividades tradicionais de custódia dos presos e de auxílio aos policiais nos postos de trabalho externo.

No entanto, em meados dos anos 2000, a regulamentação da profissão de agente de segurança penitenciária exigiu maior qualificação: ensino médio completo. O governo estadual centralizou a administração do sistema prisional com a criação da Subsecretaria de Administração Prisional (Suapi) e investiu em critérios meritocráticos de recrutamento e seleção (concursos públicos) na criação de uma escola de formação para agentes do sistema penitenciário e de grupos táticos especializados (Comando de Operações Especiais [Cope]; Grupo de Intervenção Rápida [GIR]; e Grupo de Escolta Tática Prisional [Getap]) para torná-los mais repressivos, estratégicos e eficientes no exercício cotidiano das atividades de custódia dos prisioneiros.

Os agentes penitenciários também começaram a assumir progressivamente os cargos de direção e as atividades de segurança externa das unidades prisionais, no lugar dos policiais militares. Ou seja, foram dadas as possibilidades para desenvolverem uma carreira por meio da

qual poderiam conseguir estabilidade no serviço público, desenvolver fidelidade organizacional e se organizar como categoria profissional. Com isso, o número de agentes passou de 650, em 2003, para 18.892³ em 2017, entre funcionários efetivos e contratados (LOURENÇO, 2010, p. 11; CRUZ et al., 2013, p. 13; FERREIRA et al., 2017, p. 13).

Os agentes penitenciários são os interlocutores legítimos dos presos na estrutura organizacional das prisões. Eles desempenham papel estratégico na administração cotidiana desses estabelecimentos (SYKES, 1965, p. 48; JACOBS, 1975, p. 6; KAUFFMAN, 1981, p. 273; PHILLIBER, 1987, p. 21; SPARKS e BOTTOMS, 1995, p. 54; MORAES, 2005, p. 256). O que fazem, como fazem, como se relacionam e se organizam constituem uma dimensão essencial do mundo prisional e fundamental para compreendermos o tipo de ordem imposta e as estratégias a que recorrem para construí-la. Sobre essa ordem podem recair os efeitos das formas de recrutamento e seleção, de treinamento, do aprendizado nos cursos de formação, dos conhecimentos adquiridos, das dificuldades em lidar com os prisioneiros, das possíveis insatisfações ou inseguranças relacionadas à execução das rotinas operacionais de trabalho (CRAWLEY, 2004, p. 19; MORAES, 2013, p. 138; DRAKE, 2008, p. 156; ARNOLD, 2016, p. 265) e das simples substituições administrativas ou de postos de trabalho. Como destacado por Coelho:

(...) todo e qualquer sistema prisional é extremamente sensível a estímulos externos. Fechado sobre si mesmo, existindo à base de seus próprios e peculiares códigos de conduta, tecendo sutilmente delicadas teias comunicativas sobre a linha que separa a autoridade institucional da massa carcerária, regulando através de negociações ininterruptas o nível de pressões centrífugas de grande intensidade, o equilíbrio precário da prisão, sempre à beira do colapso e de explosões de violência coletiva, requer alta dose de previsibilidade de comportamentos (COELHO, 2005, p. 135).

Diante dessas mudanças institucionais no cenário prisional mineiro, o objetivo central deste artigo consiste em desvelar as práticas rotineiras e o modo pelo qual os agentes penitenciários têm trabalhado para manter a disciplina, a segurança e a ordem. A análise foi concentrada nas experiências profissionais, formas de ingresso, experiências no dia a dia da prisão, no modo de administração da vida prisional e nas interações sociais estabelecidas com os presos e, sobretudo, com os próprios colegas de trabalho. Esse cenário contemporâneo também suscitou os seguintes questionamentos: o investimento na profissionalização dos agentes impactou na performance organizacional? Como o cotidiano prisional é administrado? Como a ordem tem sido mantida nas prisões de Minas Gerais?

Para atingir o objetivo proposto foram realizadas observações diretas em oito unidades prisionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e entrevistas em profundidade com 40 agentes penitenciários que nelas exerciam suas atividades.

A seguir, será apresentado um breve relato sobre esse percurso da pesquisa.⁴ Posteriormente, será feita uma exposição das mudanças no sistema penitenciário mineiro e no trabalho de custódia desempenhado pelo pessoal prisional. Por fim, com base nos relatos coletados nas entrevistas com os agentes, será descrito como tem funcionado a administração do cotidiano prisional mineiro.

Estratégias de pesquisa: um breve preâmbulo metodológico

Em Minas Gerais existem 193 unidades prisionais, sendo 28 na RMBH (DEPEN, 2016, p. 18). Entre essas 28, foram selecionadas oito para a realização do trabalho de campo. São elas: o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional, a Penitenciária José Maria Alckmin, a Penitenciária Nelson Hungria, a Penitenciária José Martinho Drummond, a Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, o Presídio de Santa Luzia, o Presídio de Vespasiano e o Presídio de São Joaquim de Bicas II.

Ao longo de dois anos de pesquisa (2015 a 2017)⁵ foram realizadas visitas alternadas – semanais e, por vezes, quinzenais – e, em determinados períodos, as visitas se concentraram em uma ou duas unidades. Na primeira fase do trabalho, realizado entre julho de 2015 e julho de 2016, foram realizadas em média três visitas a cada uma das unidades.

Em um primeiro momento, o critério de seleção usado para a realização das entrevistas foi o de agentes que trabalhavam em setores com maior proximidade com os presos, como, por exemplo, nas gaiolas dos pavilhões e no trânsito interno. No entanto, em razão das inúmeras demandas de trabalho no dia a dia de uma unidade prisional, ampliou-se o escopo. Foram realizadas entrevistas com os agentes penitenciários que realizavam suas atividades em diferentes postos de trabalho.

O roteiro de entrevista incluiu perguntas sobre o ingresso na profissão, o aprendizado das tarefas de custódia, os treinamentos, o tempo de trabalho na unidade, a organização interna, as tarefas cotidianas, a organização do trabalho prisional, a relação com os colegas de trabalho, a relação com os presos e os problemas relacionados à segurança e à vigilância.

Após uma análise preliminar das informações coletadas durante um ano de atividades nas unidades prisionais, decidiu-se concentrar a pesquisa na Penitenciária Nelson Hungria (PNH).⁶ Inaugurada em 1998, a unidade foi a primeira penitenciária de segurança máxima de Minas Gerais, com uma diversidade de perfis de presos e agentes penitenciários. Essa segunda fase da pesquisa se iniciou em setembro de 2016 e foi finalizada em junho de 2017.

Nas primeiras entrevistas, foi identificada a existência de clivagens no interior do grupo de agentes penitenciários – por exemplo, entre os guardas veteranos, os agentes “novatos”, os agentes efetivos, os agentes contratados, os agentes diretores e os agentes de grupos táticos (GIR, Getap e Cope). Também foi observado um caráter diverso e especializado adquirido pelo trabalho de custódia dos presos nos últimos anos.

As entrevistas com os veteranos revelaram as vicissitudes do trabalho de custódia desempenhado no transcorrer da sua trajetória profissional, o processo de transmissão do conhecimento adquirido, os conflitos internos, os valores e os padrões de comportamento demandados de um agente no trato com os seus pares e com os presos. Por outro lado, com os novatos, com os agentes diretores e de grupamentos táticos – especialmente do GIR –, foi possível captar as experiências de treinamento, as exigências pela profissionalização da categoria, o modo de administração interna, as relações cotidianas tensas entre os próprios colegas e os conflitos entre os agentes considerados amadores e os profissionais.

Ao longo desses dois anos, episódios que afetaram diretamente o cotidiano dos agentes possibilitaram o acesso a um universo repleto de regras, normas, conflitos, tensões e dilemas. São exemplos: a greve dos agentes em junho de 2016, a demissão dos contratados e o ingresso dos efetivos em dezembro de 2016, e, por fim, as discussões em relação à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 14/2016, que propõe a criação de uma nova polícia no país por meio da mudança de status do agente de segurança penitenciária para polícia penal.

De guarda de presídio a agente de segurança penitenciária: antecedentes históricos (1980-2010)

Até meados dos anos 2000, o sistema penitenciário mineiro fora caracterizado pela duplicidade de gerenciamento dos encarcerados. A maioria dos criminosos, condenados ou não, encontrava-se sob a custódia da Polícia Civil nas carceragens das delegacias e somente uma pequena parcela estava encarcerada no sistema penitenciário propriamente dito. A estratégia de transferência dos condenados excedentes da Justiça criminal para as carceragens policiais, adotada à época pelas Secretarias de Interior e Justiça e de Segurança Pública, fez com que a imagem de um sistema penitenciário calmo e com relativo equilíbrio perdurasse até meados da década de 1980. O sistema penitenciário mineiro foi de certa maneira preservado dos problemas de superlotação, de deterioração das condições físicas e de conflitos violentos, situações bastante comuns nas carceragens policiais (PAIXÃO, 1991, p. 72; RIBEIRO, CRUZ e BATITTUCI, 2004, p. 7, 2011, p. 10).

Na década de 1980, oito estabelecimentos penitenciários encontravam-se sob a responsabilidade da Secretaria do Interior e Justiça (SIJ), a saber: a Penitenciária Agrícola de Neves (PAN), a Penitenciária de Mulheres Estevão Pinto (Piep), a Penitenciária Regional de Juiz de Fora, o Manicômio Judiciário Jorge Vaz, a Penitenciária Regional de Teófilo Otoni, o Centro de Reeducação do Jovem Adulto, a Casa de Detenção Dutra Ladeira e a Prisão Albergue Presidente João Pessoa.

A população prisional distribuída pelos oito estabelecimentos estava estimada em aproximadamente 1.506 indivíduos em 1983, dos quais 40% (603) cumpriam pena na PAN, 15,3% (230) na Casa de Detenção Dutra Ladeira, 14,9% (224) na Penitenciária Regional de Juiz de Fora, 14,3% (216) no Manicômio Judiciário, 5,1% (77) na Piep, 4,7% (71) na Penitenciária Regional de Teófilo Otoni, 3,6% (54) no Centro de Reeducação e 2,1% (31) na Prisão Albergue (PAIXÃO e COELHO, 1984, p.170).

Se, por um lado, as penitenciárias do estado, sobretudo a PAN, caracterizavam-se pela estabilidade prisional, por outro, as carceragens policiais enfrentavam tentativas de fugas, greves de fome, assassinatos entre os internos, estupros, extorsões, torturas e eclosão de motins e rebeliões. O encaminhamento progressivo dos condenados para a custódia do aparelho policial somente agravava a situação. A cada rebelião ou motim, a opinião pública se mobilizava e cobrava das autoridades governamentais o esvaziamento das carceragens policiais e das cadeias públicas (RIBEIRO, CRUZ e BATITTUCI, 2004, p. 10).

Em 1982, com a eleição de Tancredo Neves para o governo do estado, houve intensa mobilização da opinião pública, com denúncias das condições aviltantes a que estavam submetidos os presos nas carceragens policiais mineiras. Também houve forte reivindicação por melhorias vinda do interior do Depósito de Presos da Lagoinha⁷ e do Presídio de Juiz de Fora. Esses dois movimentos ensejaram, nos anos seguintes, uma política penitenciária com tônica no esvaziamento das carceragens policiais e no encaminhamento progressivo dos presos para as penitenciárias do estado (PAIXÃO, 1985, p. 106).

Nesse período, o órgão da SIJ responsável pela administração do sistema penitenciário era o Departamento de Organização Penitenciária (DOP), criado em 1963 para ser um órgão de coordenação central. Porém, uma de suas marcas administrativas foi a falta de dinamicidade e a incapacidade centralizadora frente às unidades prisionais a ele ligadas. Não existia um regulamento prisional único a ser cumprido em todas penitenciárias do sistema. Cada uma criava seu próprio regulamento interno, e os diretores (majores e coronéis reformados da polícia militar) gozavam de plena autonomia administrativa para gerir os presos e selecionar os guardas.

O recrutamento dos guardas ocorria por meio da utilização de empresas privadas de segurança ou de empresas públicas de serviço, como, por exemplo, a Credireal (PAIXÃO e COELHO, 1984, p. 230).⁸ O ingresso de guarda novato era precedido por uma espécie de cerimônia de iniciação, coordenada pelos diretores. No primeiro dia de trabalho, os recém-chegados eram encaminhados para uma sala, onde o diretor abria um saco e retirava um conjunto de objetos encontrados dentro das celas dos presos (facas, pedaços de pau, lâminas e os chamados “chuchos”, armas brancas confeccionadas artesanalmente pelos internos). Muitos dos recém-chegados desistiam naquele momento do trabalho em prisão, em razão do temor de serem mortos por presos nos pavilhões.

A “turma dos guardas”, como ficaram conhecidos, executava a vigilância por turnos, se revezando em regime de 24 horas de trabalho por 72 horas de descanso. Observavam diretamente os internos nas galerias, nas celas, nos pátios e nos locais de trabalho. E poderiam ser demandados em um mesmo dia a cumprir diferentes funções em setores diversos da penitenciária. Trabalhavam sob o comando de um inspetor de disciplina, cujo superior era o chefe de disciplina que, por sua vez, transmitia aos inspetores as ordens do diretor da penitenciária.

A rotina de trabalho de um inspetor era aparentemente simples: chegava por volta das oito horas, recebia o serviço do inspetor do turno anterior, conferia os cadeados, fazia a conferência das celas nas quais ficavam os internos, recebia as ordens do dia do chefe de disciplina, fazia os relatórios de ocorrência e cuidava do livro de ocorrências disciplinares (PAIXÃO e COELHO, 1984, p. 235).

O sistema penitenciário mineiro, sob o comando do DOP, ao conferir autonomia às penitenciárias para a contratação dos guardas por meio dos serviços de empresas externas, liberava o sistema dos custos de administração de pessoal e, sobretudo, dos constrangimentos impostos pela estabilidade no serviço público, dentre eles, a eficiência no trabalho em burocracias públicas. Qualquer insatisfação do diretor com o desempenho dos guardas resultava em comunicação da demissão à empresa contratada, que, em seguida, realizava a substituição.

O recrutamento por meio de empresas externas gerava dois problemas para a administração cotidiana nas penitenciárias: a ampliação da probabilidade de escape do guarda ao controle interno e de envolvimento com os presos, sobretudo no que diz respeito à “corrupção da autoridade” (SYKES, 1975, p. 196); e a eliminação do sentido de carreira na função, o que ampliava a insatisfação dos guardas no sistema e gerava uma alta rotatividade nas unidades prisionais. Sem estímulo e possibilidades de desenvolvimento de uma carreira, no sentido burocrático, ficavam enfraquecidos os mecanismos que produziram a identidade profissional, o envolvimento institucional e os laços de solidariedade entre os membros da categoria.

Os guardas se ressentiam do baixo prestígio social da atividade, da baixa remuneração, dos riscos de morte por lidarem cotidianamente com os presos e do caráter transitório que a ocupação assumia para eles, pois poderiam ser demitidos a qualquer momento pelo diretor da penitenciária. Encontravam-se pressionados, de um lado, por uma direção prisional percebida como autoritária e pouco sensível aos seus problemas e condições de trabalho; e, de outro, pelos próprios internos, que, ao conhecerem a vulnerabilidade de seu status profissional, terminavam por desenvolver estratégias para neutralizar sua autoridade (PAIXÃO e COELHO, 1984, p. 257).

Tal neutralização, por sua vez, poderia ser bloqueada pelo guarda, caso ele conseguisse captar e aprender, no exercício cotidiano do seu trabalho, a chamada “malícia”, que permitia a ele reinterpretar as normas prisionais no contexto de cada interação social com os presos.

O DOP tentou treinar formalmente os guardas com cursos de formação e aperfeiçoamento – o currículo incluía disciplinas como direito penal, criminologia, primeiros socorros e defesa pessoal – e com profissionais de psicologia ou funcionários experientes do sistema. Porém, o aprendizado da atividade permaneceu no próprio serviço de custódia, realizado em duplas formadas por um guarda antigo e um novo. O mais antigo transmitia ao novo o conhecimento prático da penitenciária: ele não deveria falar sobre seus problemas pessoais com o preso, deveria tratá-los com respeito, sem demonstrações desnecessárias de autoritarismo e jamais brincar. Qualquer tipo de envolvimento pessoal poderia romper a fronteira moral que o separa do preso. Assim, manter e administrar de forma competente o “respeito” consistia em uma lição fundamental a ser transmitida ao novato. O guarda antigo era depositário do conhecimento sobre o uso da “malícia” e da própria população prisional, desenvolvia um profundo senso de honra profissional e conseguia detectar de maneira preventiva as possíveis atividades ilegais a serem arquitetadas pelos presos (FREITAS, 1985, p. 30; PAIXÃO e COELHO, 1984, p. 250).

No trato com a população prisional, os guardas construíam tipificações sobre o preso, sua natureza e seu comportamento. Dividiam os presos em dois tipos, quais sejam: os criminosos de sangue (presos de cadeia) e os traficantes e ladrões (presos de penitenciária). O homicida de origem rural era considerado dócil (matadores ou pregos); o traficante de drogas, sagaz e ardiloso; o estuprador, voltado para a pederastia; os assaltantes organizavam-se em “patotas”; os ladrões eram os “agitadores”; os líderes da massa carcerária eram criminosos urbanos condenados a longas penas e com vários processos pendentes.

Os guardas precisavam desenvolver habilidades para lidar com as lideranças de presos. Recorriam ao uso estratégico do diálogo e da “malícia”, pois não possuíam equipamentos de segurança pessoal e os presos circulavam livremente pelas dependências internas dos pavilhões das

penitenciárias. No entanto, nem todo guarda conseguia conquistar a cooperação das lideranças para manter a ordem nos pavilhões e se esquivar das tentativas de corrupção da autoridade.

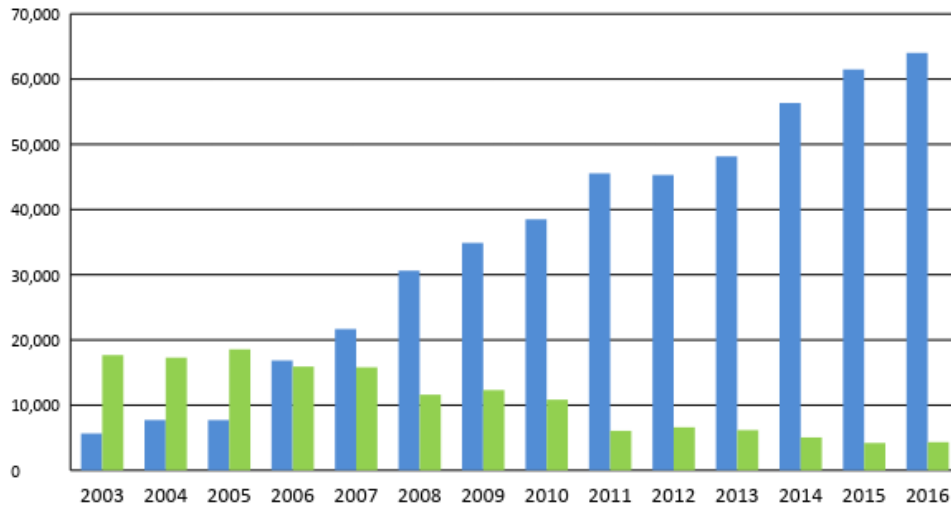
A alta rotatividade na “turma dos guardas” gerava um grupo despreparado para cumprir de forma eficiente as atividades básicas de custódia dos prisioneiros. Uma das práticas a que recorriam para mostrar aos presos recém-chegados como funcionava uma prisão era o chamado “chá da casa” (tortura física e psicológica). Essa prática corriqueira era aplicada quando o interno extrapolava limites, sobretudo de proximidade física ou desrespeito com os guardas.

O despreparo dos guardas, o baixo envolvimento institucional, uma direção ausente e pouco centralizada, o encaminhamento crescente de presos oriundos das carceragens policiais e o crescimento da população prisional contribuíram amplamente para o colapso da ordem prisional nas penitenciárias e carceragens policiais (PAIXÃO, 1985, p. 107, 1991, p. 71) em Minas Gerais em meados da década de 1980. Os motins e rebeliões daquele período revelaram a erosão institucional do sistema penitenciário mineiro e a necessidade de ampliação de novas vagas, de construção de novas penitenciárias, de transferência gradativa dos presos das carceragens para as penitenciárias e de recrutamento de novos guardas.

Em 1994, foi realizado o primeiro concurso em Minas Gerais para o cargo de guarda de presídio. As penitenciárias sob o comando dos majores reformados da Polícia Militar ainda continuaram com autonomia para contratar diretamente através de indicações, de empresas externas, e sem a realização de concursos públicos, permanecendo dessa forma até meados de 2003. As contratações se tornaram uma medida administrativa paliativa para suprir o quadro reduzido de guardas efetivos nas penitenciárias. Os requisitos para assumir a função de guarda de presídio incluíam ter concluído o primeiro grau, não possuir maus antecedentes e ser aprovado no exame psicológico. O treinamento também permaneceu vinculado à atividade cotidiana e à transmissão de conhecimento pelos mais antigos de função (RIBEIRO, 2003, p. 80).

Foi somente em 2003, com a extinção da Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos e da Secretaria de Segurança Pública e a criação da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), que coordenaria a Suapi, único órgão responsável pela política penitenciária estadual, que a transferência de presos das carceragens policiais para as penitenciárias foi iniciada, conforme ilustra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução da duplicidade de gestão (Polícia Civil e Suapi) em Minas Gerais (2003-2016)



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Com a transferência gradativa da custódia dos presos da Polícia Civil para a Suapi, ocorreu uma mudança no cenário prisional mineiro. Em 2006, pela primeira vez, existiam mais presos sob o controle da Secretaria que da Polícia. O encaminhamento dos condenados para as penitenciárias do estado, aliado à criação de novas vagas e à construção de novas unidades prisionais, teve como resultado uma expansão sem precedentes do sistema penitenciário (CRUZ e BATITTUCI, 2011, p. 15; CRUZ et al., 2013, p. 13).

Soma-se a isso o fato de que, com a criação da Suapi ocorreu uma centralização administrativa do sistema, contrastando com os períodos anteriores, caracterizados pela descentralização, quando as unidades prisionais possuíam seus próprios regulamentos e desfrutavam de ampla autonomia para gerenciar os presos e contratar seus funcionários. Em 2004, a Resolução 742/2004 da Seds aprovou o Regulamento Disciplinar Prisional do Estado de Minas Gerais (Redipri), que estabelecia normas de conduta e disciplina a serem cumpridas em todos os estabelecimentos penais do estado subordinados a Suapi.

Os policiais militares foram retirados das funções de segurança externa das penitenciárias, e o monopólio do controle interno sobre as penitenciárias do sistema foi progressivamente sendo transferido aos agentes penitenciários. No interior das penitenciárias, sob a vigilância exclusiva dos agentes, implantou-se, a partir de 2003, o sistema de tranca, caracterizado pela permanência dos presos nas celas durante todo o dia (23 horas por dia) e saídas no momento do banho de sol, com duração de uma hora. Esse sistema de controle estrito da população prisional, em vigência até hoje, se diferencia do adotado anteriormente, no qual os presos ficavam soltos durante todo o dia no interior dos pavilhões e somente retornavam para as celas no período da noite (COUTO, 2011, p. 33).

A carreira de agente de segurança penitenciária foi criada e regulamentada pela lei nº 14.695, de junho de 2003 (MINAS GERAIS, 2003). No concurso público realizado em 2004, quando começaram a ser exigidas maior qualificação para ingresso (ensino médio completo), foram selecionados 1.500 agentes. No mesmo ano, foi criado o Cope do sistema penitenciário, grupo tático e especializado composto por agentes penitenciários efetivos, com atuação na escolta de presos, transferências e em situações de motins e rebeliões, com sede própria e papel preponderante no treinamento dos agentes de segurança penitenciária efetivos e contratados em Minas Gerais. A primeira turma de agentes penitenciários do Cope, com ingresso em 2003, foi treinada pelos policiais militares mineiros do Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas (Rotam). Posteriormente, as turmas foram treinadas pelos agentes penitenciários do Serviço de Operações Especiais (SOE) do Rio de Janeiro e da Diretoria Penitenciária de Operações Especiais (DPOE), em Brasília.

Nos últimos quinze anos, houve intensa mobilização política da categoria, resultando na criação do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária (Sindasp), em julho de 2004, do GIR em unidades prisionais, em 2012, na aprovação do porte de arma para a categoria – quando em serviço, exceto nas dependências internas das unidades prisionais –, em dezembro de 2013, e na aprovação de uma resolução conferindo aos agentes penitenciários a prerrogativa de assumir cargos de direção das penitenciárias. Em 2013, também foi criada a Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional e Socioeducativo (Efap), com a atribuição de formar e treinar os agentes de Minas Gerais.

Em geral, os agentes se revezam em turnos em regime de 12 horas de trabalho por 36 de descanso. Aqueles que integram os setores administrativos, por sua vez, trabalham em regime de oito horas diárias. Nos diversos setores das unidades prisionais, os agentes são selecionados para cumprir funções diferenciadas e integrar diferentes equipes de trabalho. Tanto efetivos como contratados encontram-se distribuídos por essas equipes, com vistas a garantir a segurança e a ordem nas prisões.

No entanto, a clientela de novos presos se tornou mais complexa e diferenciada, longe do binarismo com que os guardas a caracterizavam na década de 1980, dividindo-os entre “presos de cadeia” e “presos de penitenciária”. Os agentes foram demandados a lidar não só com a chegada crescente de prisioneiros com perfis específicos (presos ligados a gangues juvenis e a facções criminosas), mas também com agentes penitenciários novatos e com os de grupamentos táticos, como o GIR. A diversificação nos perfis veio acompanhada de rixas, conflitos e acirramento das tensas clivagens no interior das penitenciárias. Por conseguinte, refletiu seriamente no modo como o cotidiano prisional é administrado.

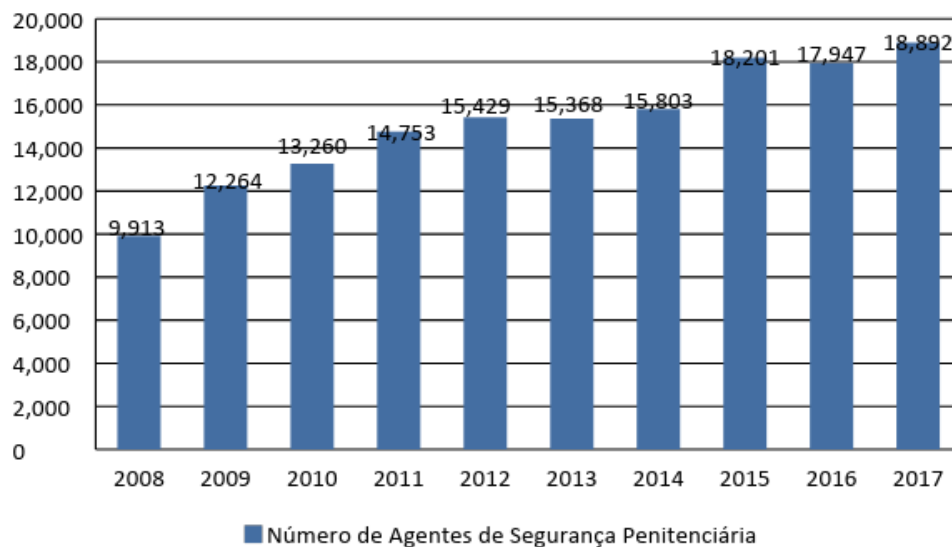
A busca pelo equilíbrio: ordem e controle

O grupo de agentes penitenciários também cresceu *pari passu* com a população prisional, e as demandas por profissionalização da categoria acompanharam essa escalada. As atividades de custódia se tornaram mais diversificadas e especializadas, os conflitos internos entre os próprios agentes se intensificaram e as práticas para a manutenção do equilíbrio interno se tornaram mais complexas.

Os membros do *staff* prisional não são uma força de trabalho monolítica. Pelo contrário, estão engajados em uma variedade de tarefas que os colocam em contato com diferentes atores (presos, colegas de trabalho, gestores do sistema e familiares de presos), segundo Jacobs (1975, p. 14).

No estado de Minas Gerais, especificamente, a carreira tornou-se atrativa,⁹ e o grupo profissional cresceu nos últimos anos, conforme ilustra o Gráfico 2.

Gráfico 2: Evolução do número de agentes de segurança penitenciária em Minas Gerais (2008-2017)

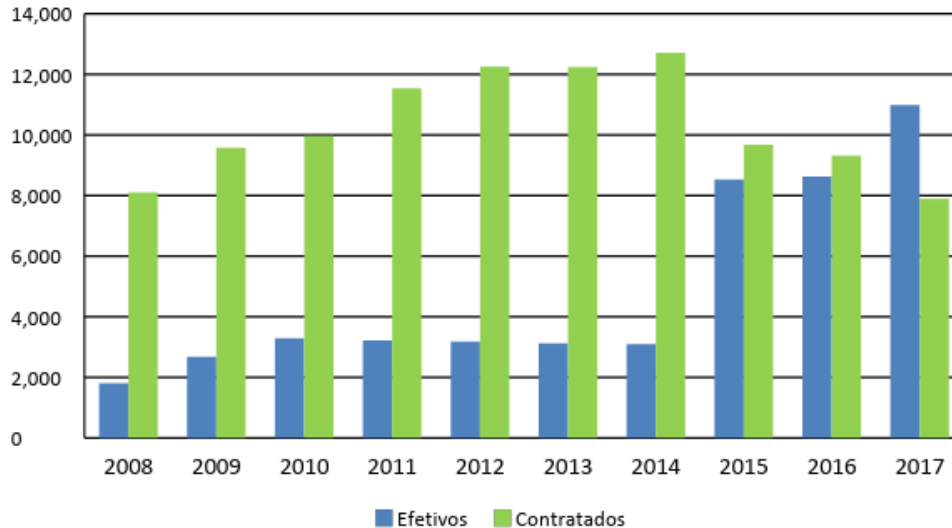


Fonte: Sistema de Administração de Pessoal de Minas Gerais (Sisap).

O recrutamento deixou de ser realizado por empresas externas, passando a ser atribuição exclusiva da Suapi. Pode ocorrer por contratação ou concurso público. Nas contratações, os interessados enviam o currículo com os documentos necessários para a diretoria de seleção de pessoal do órgão e aguardam a divulgação das etapas do processo. Realizam-se prova teórica, teste psicológico e, em caso de aprovação nas demais fases, um curso de formação e, finalmente, o treinamento nas penitenciárias. Já os concursos públicos ocorrem em seis fases: a prova teórica, a prova de condicionamento físico, o teste psicológico, a comprovação de idoneidade e conduta ilibada, o exame médico e, por fim, o curso de formação técnico-profissional (FERREIRA et al., 2017, p. 15).

O investimento em concursos públicos em detrimento dos contratos temporários de trabalho se tornou uma das medidas prioritárias do órgão nos últimos anos, conforme ilustra o Gráfico 3.

Gráfico 3: Evolução do número de servidores efetivos e contratados na carreira de agentes de segurança penitenciária em Minas Gerais (2008-2017)



Fonte: Sisap.

O ingresso nas unidades prisionais normalmente é precedido pelo curso de formação realizado na Efap, com duração de aproximadamente 45 dias, e pelo treinamento nas unidades prisionais sob a responsabilidade e supervisão do Cope. O diretor de segurança faz uma pré-seleção dos currículos dos novatos em que verifica formação educacional, cursos realizados e habilidades específicas.

O trabalho custodial é organizado em um sistema de equipes com habilidades específicas, distribuídas em diferentes setores da unidade prisional: gaiola,¹⁰ trânsito interno, tranca, escolta, muralha, GIR, canil, portaria, CFTV,¹¹ censura¹² e inteligência. Cada equipe possui um líder escolhido pelo diretor de segurança, que fica responsável pela organização da rotina de trabalho. Os membros das equipes estão subordinados aos coordenadores, que, por sua vez, respondem aos diretores.

O trabalho custodial (vigiar, conferir cadeados e lidar com os presos) normalmente demanda certo tempo para ser assimilado e conferia em meados da década de 1980 aos membros mais antigos de função uma posição de prestígio e autoridade nas prisões, como destacado por alguns autores como Coelho (2005, p. 97) e Moraes (2005, p. 233). O saber prático do guarda antigo ainda é acionado pelos coordenadores e pelos agentes novatos, uma vez que eles passaram por diferentes setores de trabalho e vivenciaram diferentes situações com presos, colegas de trabalho e diretores.

– Isso... Tem pessoas aqui que... Agentes efetivos, hoje, que já são pessoas que eram do contrato. Então... Já são pessoas que já têm experiência de dez anos, nove anos, cinco anos... Então... Essas pessoas passam para [a] gente, né, como lidar com dia a dia. Então... A gente para muito pra ouvir isso... A gente colhe dessas pessoas que têm mais experiência, para gente estar podendo... Né, captar essas experiências boas... E também, não só também as experiências boas, mas as experiências negativas também. Para a gente poder aprender a lidar no dia a dia. Então, a gente procura muito seguir, ouvir essas pessoas que têm experiências no sistema já... Para poder estar aprendendo. Porque a experiência... Cada dia que se passa você vai aprendendo uma coisa nova. (Agente 01 do Ceresp)

Essa relação estabelecida entre os guardas antigos e os agentes novatos não é constituída apenas de plena harmonia e companheirismo. Os guardas antigos rotulam os agentes novatos de “barrigas verdes”,¹³ e alegam a falta de solidariedade e união entre eles, em decorrência da separação das funções em equipes de trabalho e da identificação dos novatos com o trabalho policial em detrimento do trabalho custodial.¹⁴ Os agentes novatos, por outro lado, não acreditam na eficiência dos antigos, e os rotulam de truculentos, amadores, corruptos e sem profissionalismo.

– Bom, o comportamento que o pessoal tem, que o pessoal mais antigo tem, que é um pouco... Alguns, né? A questão da falta de atenção nas galerias, eles acham que é tudo muito tranquilo, igual, por exemplo, você tirar um preso para um advogado... É um preso que você tira, tem que ter uns cinco agentes para abrir a cela, tirar o preso e levar. Para um que está na capa, que a gente fala, que é a grade, um [agente] para abrir, um para cobrir, um para ficar no ferrolho, um para cobri-lo e o outro armado, é o certo. Tem gente que entra na galeria sozinho, abre cela sozinho, que é errado, não pode. Tem gente que entra de dois, de três, com o faxina solto... Então, o risco é muito grande. Há também a questão da truculência, os agentes mais antigos que estão aí assim, há dez, doze, treze anos. (Agente 02 do Ceresp)

Essa distinção operada pelos agentes entre os amadores e os profissionais do sistema também se reflete na relação entre os agentes do GRI e os demais agentes das unidades prisionais. O GIR é um grupamento tático e operacional presente em todas as unidades prisionais do estado para atuar em situações extremas (motins e rebeliões) e garantir a segurança prisional cotidiana. O ingresso no grupamento é feito por seleção interna de agentes com determinado perfil tático e operacional. A seleção é procedida por treinamento físico, tático e psicológico similar ao do Exército e o da Polícia Militar. Normalmente, 35 integrantes – dependendo do tamanho da unidade – se dividem em duas equipes, chamadas de Alfa e Bravo. Todos usam uniformes camuflados, coletes à prova de balas, balaclava (gorro que esconde boa parte do rosto), capacetes, escudos de proteção e portam armas de menor potencial ofensivo (calibre 12 com bala de borracha).

O grupamento tem estrutura própria, subordinada diretamente ao diretor da unidade e à Secretaria de Administração Prisional (Seap). A composição do grupamento divide-se em um coordenador – chamado de zero-um –, dois subcoordenadores, um granadeiro, responsável pelo manejo das bombas de gás, dois extratores, especializados em técnicas de imobilização, e integrantes que fazem a cobertura nas operações. Nas prisões, eles realizam cotidianamente o treinamento físico – corrida, musculação e marcha –, o tático – técnicas de imobilização, de uso da tonfa (cassetete) e de uso de armas de menor potencial ofensivo (calibre 12) – e o treinamento de situações de crises, uma simulação de motins e rebeliões nos pavilhões.

Os agentes do GIR não interagem constantemente com os presos, mas auxiliam os agentes em situações consideradas de maior risco, como em momentos de soltura para o banho de sol, transferência de presos para os pavilhões e de “tranca do banho de sol”.¹⁵ Por isso, são rotulados pelos demais agentes de “morosos”: “Não realizam o verdadeiro trabalho do agente”; “Não fazem nada”; “Consideram-se superiores, policiais”. Ou seja, seria a “tropa de elite” do sistema prisional. Os integrantes do GIR, por sua vez, consideram os agentes penitenciários profissionais despreparados que, muitas vezes, “causam mais problemas que os presos” em razão do amadorismo.

– Eu falo assim, o grupo como um todo, esses não tem como eu não citar, porque esses dois grupos, eles... Eles trabalham de uma forma padronizada. O GIR segue até... Como que eu posso dizer, meio que uma... Meio que um militarismo, entendeu? De certa forma, eles seguem ensinamentos militares e... Para poder entrar em galerias e coisa e tal. O GTI [*Grupo de Trânsito Interno*] ele não tem esse militarismo aplicado, mas eles têm um procedimento certo a ser seguido, eles entram na cela... Eles entram no pavilhão, o agente X abre a porta da cela, agente Y faz essa proteção, agente Z fica no corredor. Então assim, os que trabalham de forma mais padronizada são o GTI e o GIR. (Agente 03 do Presídio de Bicas II)

Essas tensões no grupo de agentes se conjugam às que surgem no contato com os presos nas celas e pavilhões. Esse contato constitui o “coração” (LIEBLING, PRICE e SHEFER, 2011, p. 83) da vida prisional, pois o caráter dessas interações sociais cotidianas (corpo de pessoal e presos) asseguram o equilíbrio interno. Por isso, os agentes precisam desenvolver habilidades para conhecer, prevenir as possíveis desordens e lidar com essa nova clientela com múltiplos códigos de conduta, alianças e rivalidades.

O conhecimento do histórico criminal do preso é precedido por um mapeamento preliminar inicial na sua chegada à unidade prisional e se constitui em uma medida preventiva de possíveis brigas, conflitos violentos ou mortes (COELHO, 2005, pp. 103-104; COUTO, 2011, p. 21). Torna-se importante conhecer o tipo de crime cometido pelo preso, sua orientação sexual, seu eventual pertencimento a gangue ou facção criminoso, especialmente ao PCC. Também é necessário saber

se ele possui algum tipo de rivalidade ou “guerra de rua”¹⁶ com algum preso que esteja cumprindo pena na unidade.

Os presos não mais se orientam a partir de um “código cativo” (SYKES, 1965, p. 5) informal, único e dominante, mas por regras e normas que variam por grupo de filiação. Esse mapeamento minucioso é uma prática rotineira das equipes de agentes que trabalham diretamente com a vigilância e a custódia dos presos.

– Assim... Aqui acontece, às vezes, por exemplo... O preso alega que tem alguma rixa... Uma entre eles, né? Um problema de gangues entre eles lá fora. Aí eles estão na mesma galeria. A galeria A, por exemplo... Quando tira eles pro sol, vai a galeria A toda. Um dia da galeria A, vai a galeria toda. Então... Quando acontece isso, vai e avisa já: “Eu não posso ficar nessa galeria aqui não, por que eu tenho problema, né, lá de fora”. Aí... É passado para o coordenador e o coordenador vai avaliar e, juntamente com a inteligência, vai investigar se realmente existe isso e pra qual galeria ele pode ser levado. Aí faz uma pesquisa se a galeria... Se lá aceita ele, direitinho, justamente. (Agente 01 do Ceresp)

– No caso, inicialmente, quando eles chegam, eles chegam bem humildes, né? Conversam com todos, né, mas eles sempre procuram ficar próximos aos seus amigos, pessoal que já é da gangue, etc. Então eles caçam problema na cela só para mudar para uma cela mais próxima, ou mudar para uma cela que tenha um integrante, e, aos poucos, eles vão se juntando. É muito, muito complexo isso. (Agente 02 do Ceresp)

Nas unidades prisionais, o isolamento preventivo de presos considerados “caguetas”, “ratos de boca”¹⁷ e os condenados por crimes sexuais (estupradores ou pedófilos) é uma medida tomada para preservar a vida do preso e manter a ordem nas celas, pois, caso sejam descobertos pela massa carcerária, podem ser violentados ou mortos. Esses presos indesejados geralmente se encontram reclusos nas celas de “seguro”,¹⁸ enquanto o restante da população prisional ocupa as “celas de convivência” (PAIXÃO, 1991, p. 42; COELHO, 2005, p. 110 e 2011, pp. 21-22).

O mapeamento operado pelos agentes tem sido mais cauteloso e tem demandado a busca por um conhecimento mínimo sobre o modo como esses indivíduos pertencentes a grupos tão específicos operam e se comportam dentro e fora das prisões. Integrantes de gangues rivais não aceitam ficar na mesma cela; presos ex-profissionais não são aceitos pela massa carcerária; presos homossexuais precisam ser preventivamente agrupados. Além disso, os chefes do tráfico e membros do PCC são considerados de alta periculosidade e, por isso, imediatamente, encaminhados para as penitenciárias de segurança máxima do estado.

O acirramento dessas divisões internas promoveu uma reorganização do próprio sistema, com a criação de celas e pavilhões para presos com perfis específicos e o chamado “seguro de guerra” para presos rivais. Captar o clima dos pavilhões para evitar possíveis conflitos violentos entre os

presos tornou-se uma tarefa primordial e árdua, a ser executada cotidianamente. Cada tipo de preso tem demandado procedimentos de segurança específicos nos espaços nos quais estão reclusos.

– Conseguimos perceber sim e muita das vezes o preso... Ele se apresenta como sendo da facção [PCC] e são os presos mais tranquilos, entre aspas, de a gente trabalhar, porque eles são mais respeitadores, o modo como eles falam que é “tirar cadeia”, né? O modo como eles cumprem a pena é diferenciado, então o respeito deles é maior, é... Eles não são presos que tendem a criar problemas, porque como eles são subordinados a uma facção eles não podem liderar, eles precisam de uma autorização do comando, então são presos bastante fáceis de lidar. (Agente 02 do Jason Albergaria)

– Olha... Os presos que têm grande influência aqui são os presos que comandam o tráfico em morros e favelas, né? (...) Eu acredito que os que comandam o tráfico são perigosos, eles são perigosos. Porque eles têm uma facilidade em incitar movimentos de subversão à ordem, organizar e incitar. E, ao mesmo tempo, eles têm também a facilidade de ter meios de comunicação quando um comparsa ou ele mesmo sair em uma escolta externa. Meios de comunicar para a tentativa de alguma coisa, entendeu? (Agente 03 do Presídio de Bicas II)

Tanto do lado dos próprios colegas quanto, sobretudo, do lado dos presos, os agentes penitenciários precisam lidar com conflitos tensos para manter o equilíbrio precário da ordem nas prisões. A impossibilidade ou a incapacidade de separar preventivamente os presos de acordo com seu tipo criminal, estruturas de pertencimento fora das prisões (gangues juvenis ou facções criminosas) e segundo a sua sexualidade pode resultar em mortes ou eclosão de motins e rebeliões nos pavilhões.

A desconfiança em relação ao despreparo dos guardas considerados truculentos ou amadores na execução incorreta de tarefas básicas inerentes ao seu papel custodial (abrir e fechar cadeados, abrir e fechar celas, retirar os presos para o banho de sol ou algemar um preso), no “relaxamento” da vigilância e na “corrupção da autoridade” tem tornado os agentes penitenciários também vigias dos próprios colegas. Nas operações internas, os grupamentos GIR e Cope também precisam lidar com o tenso dilema de restaurar a ordem sem cometer excessos no uso progressivo da força no trato com os presos. Qualquer procedimento violento pode colapsar a vida prisional.

O equilíbrio à beira do colapso: maximizar a segurança, redobrar a vigilância e reduzir os riscos

Administrar o cotidiano de ambientes prisionais requer a busca por um ponto de equilíbrio nas relações dos agentes entre si e com os presos. Para os presos conferirem legitimidade às ações

de autoridades formalmente constituídas pelos agentes, torna-se necessário um trabalho complexo de cooperação mútua, acomodações e acordos táticos, segundo Sparks e Bottoms (1995, p. 55). Movimentos disruptivos ou imprevisíveis em qualquer um dos lados podem colapsar a ordem prisional e, por isso, a vigilância dos comportamentos se torna uma atividade precípua. A atenção dos agentes precisa estar direcionada para as práticas executadas pelos membros das equipes e para as ações dos presos nos momentos de maior proximidade. Qualquer falha na execução de uma prática rotineira simples pode trazer prejuízos para a manutenção do equilíbrio interno e colocar a vida dos agentes e dos presos em risco.

– Que a gente convive ali doze horas, quarenta horas semanais, um do lado do outro, que não... Se o cara fazer um gesto, a gente está observando. Então é um cuidando do outro, um observando o outro, o tempo todo. Quando eu trabalhava no pavilhão, combinava... Tinha nossa equipe. “Ninguém anda sozinho! Todo mundo junto”. Então, um ajudando o outro, e um vigiando o outro e qualquer ato, discrepante, né, assunto encerrado, né. A gente entra dentro do corredor, dentro de uma ala, vai todo mundo junto, ou vai no mínimo... Se um fica para trás, a gente não vai deixar ele para trás. Se ele está ficando para trás. “Ô, cara. Você está errado. Você está querendo o quê?”. Né? Tenta observar esses agente que são discrepantes, ou são amigos demais de todo mundo. Amigos de preso, amigo de agente, né... Ou é retraído demais ou... Sempre age na calada”. (Agente 01 do Presídio de Bicas II)

– É tenso porque você está ali com cem presos, cento e cinquenta em um pátio, com quinze agentes para retornar com eles para cela. É um momento muito tenso que qualquer falha na segurança coloca em risco a vida de todo mundo. O mínimo erro... O erro na hora de trancar uma porta de cela, o erro de esquecer... Porque a gente passa uma corrente que ela limita a abertura de porta da cela, se tiver um movimento, assim, simultâneo, a corrente, ela segura, aí dá mais possibilidade de você puxar a corrente e voltar a porta da cela. Às vezes os agentes esquecem a corrente, aí fica com preguiça de voltar para buscar a corrente... Se a coordenação vê isso, eles são punidos. Não pode. É regra o uso da corrente, é obrigatório. Mas às vezes o descuido, esqueceu. “Ah não, não precisa não”. Excesso de confiança, que nunca vai acontecer. Igual tem muita gente que nunca presenciou um motim. Eu nunca presenciei uma rebelião, já presenciei um início de motim. Mais de um. (Agente 03 do Presídio de Bicas II)

Qualquer procedimento de segurança executado de maneira errada ou descomprometida pode dilatar as possibilidades dos presos de colocarem em ação os planos de fuga ou motins e rebeliões. Nas situações de eclosão de motins nos pavilhões das penitenciárias do estado, os coordenadores de equipes são os responsáveis pela administração dos conflitos e tentativas de restauração da ordem junto aos presos. Caso a situação adquira proporções mais sérias e os presos se recusem a negociar com os agentes, o problema é passado ao diretor da penitenciária. Somente o diretor tem a prerrogativa de acionar o GIR para a missão no interior dos pavilhões das

unidades. Ele comunica o ocorrido ao coordenador da equipe do GIR (o Agente 01) e, em seguida, são definidos os procedimentos a serem repassados pelo coordenador e executados pelos membros do grupamento no interior do pavilhão.

Atuam em etapas: primeiramente, o coordenador conversa com os presos para entender a situação; em seguida, caso os presos persistam em continuar com o motim, iniciam os procedimentos. Agentes do GIR se posicionam no entorno do pavilhão para fazer a cobertura do perímetro, evitar fugas e pegar objetos que porventura sejam arremessados pelos presos. Primeiro, jogam bombas de gás para dispersar os presos; depois, gás de pimenta; usam a força para conter os amotinados e as algemas para imobilizá-los. Nas situações mais críticas, procuram cansar os presos cortando a água e a luz do pavilhão. E podem permanecer durante dias no interior da unidade, até cessar o motim. Caso a situação adquira proporções alarmantes, com alto risco de vida a presos e reféns, são acionados os agentes penitenciários do Cope e, como último recurso de força, os policiais militares do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope).

Considerações finais

No decorrer dos últimos 20 anos, ocorreram mudanças no modo de administrar os ambientes prisionais em Minas Gerais. Isso se deu, sobretudo, em razão da saída dos policiais militares dos postos de direção e de segurança externa das penitenciárias, do crescimento exponencial da população prisional, do crescimento do efetivo de agentes penitenciários, do processo de profissionalização da categoria, da implantação do sistema de tranca dos prisioneiros, da implantação de recursos de monitoramento eletrônico nas penitenciárias e da centralização administrativa com a criação de um órgão responsável pelo gerenciamento exclusivo do sistema penitenciário.

Essa centralização definiu modos de regulação da vida prisional – com a formalização de orientações e standardização progressiva de procedimentos internos, especialmente os relacionados à segurança – e limitou as margens de autonomia das direções das unidades prisionais. Os regimes institucionais prisionais fechados e autoritários, que refletiam a personalidade e o estilo individual dos diretores policiais militares em meados das décadas de 1980 e 1990, tornaram-se mais porosos e burocratizados. Ocorreu uma maximização da segurança, com a introdução de elementos organizacionais nos moldes do estilo militar para tornar os agentes penitenciários mais estratégicos, repressivos e eficientes na administração cotidiana das prisões.

Anteriormente, o trabalho dos guardas de presídio se resumia a tarefas custodiais primárias: vigilância do comportamento dos presos, controle das chaves, verificação dos cadeados, negociação com

lideranças e verificação cotidiana das celas. A transitoriedade da atividade também impedia qualquer possibilidade de desenvolvimento de fidelidade organizacional e a construção de uma identidade profissional. Com o crescimento da categoria profissional, o risco em lidar cotidianamente com presos de diferentes perfis criminais demandou um trabalho mais especializado e profissionalizado.

O investimento em grupamentos táticos (Cope, GIR e Getap), por sua vez, definiu os rumos do processo de profissionalização dos agentes de segurança penitenciária. Criados para intervenção em situações de motins e rebeliões – e, por vezes, em operações cotidianas de rotina –, apresentam fortes características das forças policiais militares, como o uniforme camuflado, as viaturas próprias, o treinamento militar, os valores de hierarquia e disciplina e o *modus operandi* de restauração da ordem. Integrar um desses grupamentos significa ascender a uma posição de prestígio que tem reforçado a autoridade de seus integrantes perante os demais agentes e os presos.

Esse intenso processo de policialização também tem dado amplo destaque para as tarefas voltadas exclusivamente para a segurança, a vigilância e a disciplina nas prisões. Os procedimentos de segurança são rigidamente planejados; há um controle rigoroso sobre o movimento dos presos e a demanda por resposta rápida a qualquer comportamento disruptivo no interior dos pavilhões. Tal disciplina também tem sido demandada pelo próprio grupo de agentes na execução rotineira de suas atividades. O trabalho em equipe requer o desenvolvimento de habilidades específicas, treinamento da atividade e o controle interno do comportamento pelos pares.

Nesse sentido, a ascensão dos grupamentos táticos a uma posição de prestígio/autoridade nas prisões reduziu as possibilidades de os agentes penitenciários em contato direto com os presos (re)interpretarem as regras do regulamento prisional no contexto de cada interação social com os detentos. Tais agentes na linha de frente do sistema penitenciário estão constantemente sob vigilância estrita dos seus próprios pares na execução das tarefas cotidianas (abrir e fechar celas, fazer a contagem dos presos nas celas e fazer registro de punições no livro de ocorrência) e impossibilitados a agir com autonomia em situações de conflito extremo (brigas violentas entre os presos, motins e rebeliões), de competência exclusiva de grupamentos como o GIR e o Cope. São profissionais desacreditados (ou depreciados) no que diz respeito aos métodos aos quais recorrem para lidar com os presos e administrar o cotidiano prisional. Eles estão submetidos ao controle dos pares na execução de suas tarefas rotineiras, e vedados a agir de forma autônoma em situações extremas, de competência exclusiva de grupamentos como o GIR e o Cope.

O deslocamento do *locus* de autoridade dos agentes na linha de frente para esses grupamentos impactou seriamente o modo como a ordem é construída nos ambientes prisionais contemporâneos, cada vez menos inclinada a negociações, cooperação mútua, acordos táticos ou acomodações entre os agentes e os presos no curso de suas interações sociais cotidianas.

Notas

¹ Na Penitenciária Nelson Hungria, localizada em Contagem, existem dois pavilhões destinados exclusivamente a presos considerados pertencentes ao PCC, um pavilhão para os chefes do tráfico da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e um pavilhão para ex-profissionais da segurança pública. Na Penitenciária José Martinho Drummond, localizada em São Joaquim de Bicas, há três pavilhões destinados a presos do “seguro” e do “seguro de guerra”. Na Penitenciária Jason Soares Albergaria e no Presídio de Vespasiano, localizados em São Joaquim de Bicas e em Vespasiano, respectivamente, há um pavilhão exclusivo para presos que se declaram homossexuais.

² Nas organizações militares se usa o termo “reforma” para se referir ao policial militar afastado da atividade como, por exemplo, aposentado.

³ Em termos de quantidade de efetivo, os agentes penitenciários são o segundo grupo do estado de Minas Gerais (15.861), seguido pela Polícia Civil (9.744) e, em primeiro, a Polícia Militar, com 42.115. Informações referentes a 2014 e presentes no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2016).

⁴ Os dados e resultados apresentados neste artigo são de uma pesquisa de doutorado iniciada em 2015 e finalizada em 2018. Quero aqui expressar meus agradecimentos aos dois pareceristas anônimos da revista pelas sugestões de mudanças e comentários ao texto. Também gostaria de agradecer aos professores Renan Springer de Freitas, Ludmila Ribeiro e Andréa Silveira, do Departamento de Sociologia (DSO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelas críticas e sugestões a uma versão preliminar deste texto.

⁵ Parte dos dados analisados e aqui apresentados faz parte de uma pesquisa maior sobre o sistema penitenciário mineiro intitulada Quem São, Como Vivem e Com Quem Se Relacionam os Detentos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, realizada entre 2015 e 2017, coordenada pela professora Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (DSO/UFMG) e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq), Processo 445545/2014-3. Muitas das entrevistas analisadas para este artigo foram realizadas pelo autor no transcorrer da execução dessa pesquisa maior. Porém, outras foram realizadas por membros da equipe do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da UFMG. Agradeço à professora Ludmila Ribeiro pela autorização para usar os dados da pesquisa para o presente trabalho.

⁶ Não foi autorizado o uso do gravador nas entrevistas realizadas na Penitenciária Nelson Hungria (PNH). Enquanto realizava a entrevista propriamente dita, um dos estagiários do Crisp anotava o relato e, em seguida, produzíamos relatórios. Agradeço imensamente a Tássio e Renata pela presteza nos momentos das entrevistas com os agentes.

⁷ Carceragem da Polícia Civil localizada no bairro Lagoinha, em Belo Horizonte.

⁸ Na década de 90, a Credireal passou por uma reestruturação interna e teve sua denominação mudada, tornando-se a empresa pública Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (MGS), de acordo com o disposto na lei nº 11.406/94. Disponível (on-line) em: <http://www.mgs.srv.br/hist.php>

⁹ A exigência de escolaridade para ingresso no cargo de agente de segurança penitenciária é possuir o ensino médio completo e a remuneração é de R\$ 4.098,00, de acordo com as informações no site do Sindasp. Disponível (on-line) em: www.sindaspmg.org.br

¹⁰ A gaiola consiste em um setor de trabalho no interior do pavilhão das unidades prisionais. O agente fica protegido por grades impedindo qualquer contato mais próximo com os presos. Nas gaiolas os agentes fazem as anotações de controle de entradas e saídas de pessoas do pavilhão e da contagem dos presos.

¹¹ O CFTV é um sistema de monitoramento eletrônico existente em algumas penitenciárias do estado, entre elas, a Penitenciária Nelson Hungria.

¹² A censura é o setor de trabalho no qual são verificados os pertences dos presos e as caixas de Sedex enviados para os presos. Os agentes que trabalham nesse setor fazem uma avaliação minuciosa desses pertences com vistas a impedir a entrada de objetos proibidos (celulares, drogas e objetos cortantes) nas unidades prisionais.

¹³ O rótulo de “barriga verde”, segundo os entrevistados, significa que os novatos são como recém-nascidos, inexperientes, “chorões” e sentem medo de qualquer problema a surgir no interior da prisão (ameaça, motim ou rebelião).

¹⁴ Os guardas antigos destacaram que os novatos somente querem aprender a manusear as armas e ingressar nos grupamentos como o GIR, Getap e Cope; não procuram aprender como lidar diariamente com os prisioneiros.

¹⁵ Quando os presos se recusam a voltar para as celas depois de passada uma hora de banho de sol.

¹⁶ Os presos chamam de “guerras de rua” as rivalidades entre grupos de criminosos (gangues ou chefes do tráfico) nos aglomerados e favelas da RMBH.

¹⁷ Os presos rotulados como ratos de boca são aqueles que roubam objetos ou pertences de outros presos nas celas.

¹⁸ Celas destinadas exclusivamente para presos que não são aceitos pela população prisional como, por exemplo, estupradores e delatores.

Referências

- ARNOLD, Helen. (2016), “The Prison Officer”. Em: BENNETT, Jamie; CREWE, Ben [e] JEWKES, Yvonne (orgs.). Handbook on Prisons. Nova York, Routledge, pp. 265-288.
- COELHO, Edmundo Campos. (2005), A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade. Rio de Janeiro, Record.
- COUTO, Vinicius Assis. (2011), A Oficina do Diabo e a Casa do Senhor: Os embates identitários dentro dos presídios. Dissertação (mestrado), PPGS, UFMG.
- CRAWLEY, Elaine. (2004), Doing Prison Work: The Public and Private Lives of Prison Officers. Nova York, Routledge.
- CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves [e] BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. (2011), “De ‘depósito de presos’ a ‘instituição penitenciária’: Sistema carcerário em Minas Gerais”. Trabalho apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Curitiba (PR).
- _____; _____ [e] SILVA, Sérgio Luiz Felix. (2013), Agente penitenciário: Em busca da identidade – Notas de pesquisa no sistema prisional de Minas Gerais. Trabalho apresentado no 37º Encontro Anual da Anpocs, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Águas de Lindóia (SP).
- DEPEN. (2016), Levantamento nacional de informações penitenciárias. Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília, DF.
- DRAKE, Deborah. (2008), “Staff and Order in Prisons”. Em: BENNETT, Jamie; CREWE, Ben [e] WAHIDIN, Azrini (orgs.). Understanding Prison Staff. Nova York, Routledge, pp. 153-167.
- FBSP. (2016), 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), São Paulo. Disponível (on-line) em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf
- FERREIRA, Ana Paula; PORTO, Bruno Carlos da S.; PAULA, João Eduardo Chaves de [e] SILVA, Rodrigo Franklin M. (2017), Análise acerca do processo de ingresso de profissionais na carreira de agente de segurança penitenciário no Estado de Minas Gerais. Trabalho apresentado no X Congresso Consad de Gestão Pública, Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração, Brasília (DF).
- FREITAS, Renan. (1985), “Reversões hierárquicas e eclosão de conflitos em prisões”. Revista de Administração Pública, Vol. 19, nº 4, pp.27-37.
- JACOBS, James [e] RETSKY, Harold. (1975), “Prison guard”. Urban Life, Vol. 4, nº 1, pp. 5-29.
- KAUFFMAN, Kelsey. (1981), “Prison officers' Attitudes and Perceptions of Attitudes: A Case of Pluralistic Ignorance”. Journal of Research in Crime and Delinquency, Vol. 18, nº 2, pp. 272-294.
- LIEBLING, Alison; PRICE, David [e] SHEFER, Guy. (2011), The Prison Officer. Nova York, Willian.
- LOURENÇO, Luiz. (2010), “Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte”. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Vol. 3, nº 10, pp. 11-31.
- MINAS GERAIS. (2003), Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003. Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Belo Horizonte. Disponível (on-line) em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=14695&ano=2003&tipo=LEI>
- MORAES, Pedro. (2005), Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários. São Paulo, IBCCrim.
- _____. (2013), “A identidade e o papel de agentes penitenciários”. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, Vol. 25, nº 1, pp. 131-147.
- PAIXÃO, Antônio [e] COELHO, Edmundo. (1984), Caracterização da população prisional em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.
- _____. (1985), “Uma saga carcerária”. Temas Imesc, Vol. 2, nº 2, pp. 97-110.
- _____. (1991), Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso. São Paulo, Cortez.

- PHILLIBER, Susan. (1987), "Thy Brother's Keeper: A Review of the Literature on Correctional Officers". *Justice Quarterly*, Vol. 4, n° 1, pp. 9-37.
- RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. (2003), *Análise da política penitenciária feminina do estado de Minas Gerais: O caso da Penitenciária Industrial Estevão Pinto*. Dissertação (mestrado), Curso de Mestrado em Administração Pública, FJP.
- _____; CRUZ, Marcus Vinicius [e] BATITUCCI, Eduardo. (2004), *Política pública penitenciária: A gestão em Minas Gerais*. Trabalho apresentado na XXVIII Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad), Rio de Janeiro.
- SPARKS, Richard [e] BOTTOMS, Anthony. (1995), "Legitimacy and Order in Prisons". *The British Journal of Sociology*. Vol. 46, n° 1, pp. 45-62.
- SYKES, Gresham. (1965), *The Society of Captives: A Study of a Maximum Security Prison*. Nova York, Princeton University Press.
- _____. (1975), "A corrupção da autoridade e a reabilitação". Em: ETZIONI, Amitai (org.), *Organizações complexas: Estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo, Atlas, pp.191-198.

VICTOR NEIVA E OLIVEIRA

(victorneivaeoliveira@yahoo.com.br) é pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte, Brasil). Possui doutorado e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFMG e graduação em ciências sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes, Brasil).